

**PROPOSIÇÕES SOBRE PIRATARIA  
NO CONGRESSO NACIONAL**

ASSUNTO	MATÉRIA / EMENTA	ORIGEM	OBJETIVO	TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO	SITUAÇÃO	STATUS / ÚLTIMA TRAMITAÇÃO
DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS PIRATEADOS	Projeto de Lei nº 3572, de 2000 (Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)	Câmara dos Deputados/ Jair Bolsonaro – PPB/RJ	Destinação de produtos apreendidos por falsificação de marca ao Programa Comunidade Solidária	Apensado ao Projeto de Lei nº 3.478, de 2000	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	29/04/2010 - Arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD (inconstitucionalidade). DCD de 30/04/10 PÁG 17498 COL 01.
DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS PIRATEADOS	Projeto de Lei nº 3478, de 2000 (Altera a redação do inciso II do artigo 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996)	Câmara dos Deputados/ Paulo Paim – PP/RS	Destinação de produtos apreendidos por falsificação de marca a entidades de assistência social sem fins lucrativos	Não	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	18/05/2010 Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 447/10/PS-GSE. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA ) Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 447/10/PS-GSE.
DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS PIRATEADOS	Projeto de Lei nº 3529, de 2000 (Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, permitindo doação de produtos apreendidos por infração aos direitos de marca)	Câmara dos Deputados/ Clementino Coelho – PPS/PE	falsificação de marca ao Programa Comunidade Solidária Destinação de produtos apreendidos por	3.478, de 2000 Apensado ao Projeto de Lei nº	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	29/04/2010 PLENÁRIO (PLEN ) Arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD (inconstitucionalidade). DCD de 30/04/10 PÁG 17497 COL 02.
DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS PIRATEADOS	Projeto de Lei nº 670, de 2007 (Dá nova redação ao art. 30 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, instituindo o rito sumário para a destinação de mercadorias apreendidas e revertendo aos cofres públicos da União eventuais lucros apurados na venda de tais produtos.)	Câmara dos Deputados / Valdir Colatto (PMDB/SC)	Instituir o rito sumário para a destinação de mercadorias apreendidas.	Não	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	13/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-552/2015.

DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS PIRATEADOS	Projeto de Lei nº 3194, de 2008 (Acrescenta as alíneas "a" e "b" e altera a redação do inciso II do art. 29, além de alterar a redação da alínea "b" do § 1º do art. 30 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, dispondo sobre a destinação e utilização de bens e mercadorias apreendidas por contrabando ou	Câmara dos Deputados / Antônio Bulhões – PMDB/SP	Dispõe sobre a destinação e utilização de bens e mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho.	Não	Aguardando Parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	06/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-143/2015.
NUMERAÇÃO DE OBRAS	Projeto de Lei nº 1593, de 1999 (Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002) (Acrescenta incisos aos arts. 53, parágrafo único, e 80, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a numeração seqüencial de obra artística, literária, científica e fonograma)	Câmara dos Deputados/ Professor Luizinho – PT/SP	Determina a numeração seqüencial dos produtos que especifica.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	18/08/2010 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA ) Recebimento do Ofício nº 1.753/10 (SF) comunicando o arquivamento da matéria.
NUMERAÇÃO DE OBRAS	Projeto de Lei nº 6480, de 2002 (Introduz parágrafo único na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998)	Câmara dos Deputados/ Wanderley Martins – PSB/RJ	Determina a numeração de obras artísticas, científicas e literárias	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	17/02/2004 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao arquivo - Guia 10
NUMERAÇÃO DE OBRAS	Projeto de Lei nº 3968, de 2004 (Dispõe sobre a instalação do Sistema de Medição de Vazão (SMV) nos estabelecimentos industriais de bebidas e dá outras providências)	CPI da Pirataria	Obrigatoriedade, empresa de bebidas, instalação, equipamentos, medição, controle, registro, quantidade, bebida, bebida alcóolica, álcool, vinagre.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	28/02/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) • Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER
NUMERAÇÃO DE OBRAS	Projeto de Lei nº 01061, de 2007 (Dispõe sobre as atividades de comércio praticadas pelos camelôs e feirante+B61s.)	Câmara dos Deputados / Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Estabelece que as mercadorias vendidas deverão estar acompanhadas da comprovação de sua aquisição legal; estimula a formalização e define tributos que incidem.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	31/01/2012 Ao Arquivo - Memorando nº 06/12 - COPER

PENAL	Projeto de Lei nº 3597, de 2000 (Acrescenta o art. 70-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor)	Câmara dos Deputados/ Ronaldo Vasconcellos – PFL/MG	Tipifica a conduta de fabricar, construir, montar, manipular fórmulas, acondicionar, ofertar ou fornecer produtos com substâncias/materiais alterados ou impróprios p/ o consumo ou com prazo expirado.	Apensado ao Projeto de Lei nº 1.825, de 1991	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	18/02/2009 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo, Memorando n.º 27/09 - COPER
PENAL	PL 1825/1991 (Altera dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. )	Senado Federal - Francisco Rollemberg - PMDB/SE - PLS 140/1991	Substitui a pena de detenção por indenização e multa quando, na reparação de produtos, forem utilizadas peças ou componentes usados, sem autorização do consumidor	Não	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	05/12/2008 Desapensação automática do PL 3.597/00 deste, em face do seu arquivamento, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD. DCD 06 12 08 PAG 56479 COL 02.
PENAL	Projeto de Lei nº 3.378, de 2004 (Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996)	Câmara dos Deputados / Comissão de Legislação Participativa	Estabelecer normas sobre a ação penal privada nos crimes contra a propriedade industrial	Não	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	01/09/2011 PLENÁRIO (PLEN ) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3089/2011, pelo Deputado Francisco Praciano (PT-AM), que: "Requer a inclusão, em Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei emanados da Comissão de Legislação Participativa - e originários da participação popular - que se encontram prontos para a pauta do Plenário".
PENAL	Projeto de Lei nº 1206, de 2003 (Altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Código da Propriedade Industrial, que passa a vigorar com a seguinte redação:)	Câmara dos Deputados/ Julio Lopes – PP/RJ	Aumenta as penas para os Crimes contra a Propriedade Industrial (Lei 9279/96).	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	06/03/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo - Memorando nº 44/08 - COPER

PENAL	Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006 (Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária)	Senado Federal / Antonio Carlos Valadares	Tipifica a conduta de uso ou imitação de marca, expressão ou sinal de propaganda alheios (para denegrir imagem de empresa, produto ou serviço ou , ainda, aproveitamento de fama, prestígio ou imagem corporativa de titular de marca)	Não	REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	22/12/2011 Anexado o Ofício SF n.º 2.394, de 21/12/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 52 a 53).
PENAL	PL 2604, de 2007. Acresce o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal	Câmara de Deputados/ Wander Loubert – PT/MS	Tipifica como crime hediondo a falsificação, corrupção, adulteração e a alteração de substância ou produtos alimentícios.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	Apensado ao PL 2307/2007	11/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-289/2015.
PENAL	PL 2535/2007 (Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.)	Vander Loubert - PT/MS	Tipifica como crime hediondo a adulteração, a corrupção, a falsificação ou alteração de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	25/03/2008 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Apense-se a este(a) o(a) PL-6248/2013.
PENAL	PL 2546/2007 (Acresce o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. )	Câmara dos Deputados / Valdir Colatto - PMDB/SC	Tipifica como crime hediondo a falsificação, corrupção, adulteração e a alteração de produtos alimentícios quando a sua prática os tornar nocivos à saúde.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	13/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada
PENAL	PL 2753/2008 (Altera a Lei nº 7.960, de 1989. )	Câmara dos Deputados / Edson Ezequiel - PMDB/RJ	Determina a possibilidade da aplicação de prisão temporária aos agentes que praticarem o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	11/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-289/2015.

PENAL	PL 5853/2009 (Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990)	Câmara dos Deputados / Damião Feliciano - PDT/PB	Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	Apensado ao Projeto de Lei nº 2307, de 2007.	26/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-602/2015.
PENAL	PL 2307/2007 (Inclui inciso VIII na Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho 1990, classificando como crime hediondo a adulteração de alimentos como específica. )	Câmara dos Deputados / Otavio Leite - PSDB/RJ	Classifica como crime hediondo a adulteração de alimentos como específica.	Não	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	11/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-289/2015.
PENAL	Projeto de Lei nº 239/2007 (Altera os §§ 3º e 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal)	Senado Federal/ Expedito Junior	Tipificar o furto de energia e sinais.	Tramita em conjunto com: PLS 403/2003	ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA	26/12/2014 SSCLS F - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA Ação: Matéria arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Encaminhado para: SARQ - Secretaria de Arquivo

PENAL	Projeto de Lei nº 333, de 1999 (Altera e acrescenta artigos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)	Câmara de Deputados/ Antonio Kandir – PSDB/SP	Aumentar penalidades dos crimes contra marcas e patente de registro, contra indicações geográficas e concorrência desleal, além de possibilitar a medida de busca e apreensão de produtos cuja falsificação e comercialização tenham infringido a Lei de Marcas e Patentes.	Não	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	18/11/2008 PLENÁRIO (PLEN ) Apresentação da REQ 3449/2008, pelo Dep. Pedro Chaves e outros, que "requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 333-E, de 1999, do Sr. Deputado Antônio Kandir."
PENAL	Projeto de Lei nº 3967, de 2004 (Altera o Código Penal)	CPI da Pirataria	Modifica a pena dos crimes de contrabando e receptação. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal).	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	28/02/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER
PENAL	Projeto de Lei nº 3966, de 2004 (Altera o artigo 12 da Lei nº 9.609)	CPI da Pirataria	Aumenta as penas para os crimes de pirataria de softwares.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	28/02/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER
PENAL	Projeto de Lei nº 3965, de 2004 (Altera a Lei nº 9.279)	CPI da Pirataria	Modifica dispositivos do Código de Propriedade Industrial, aumentando as penas previstas para crime de violação de direitos autorais em caso de propriedade industrial.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	28/02/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER
PENAL	Projeto de Lei nº 3964, de 2004 (Modifica os arts. 184 e 186 e acrescenta o art. 184-A ao Código Penal e altera dispositivos do Código de Processo Penal, referentes ao julgamento de Crimes contra a Propriedade Imaterial.)	CPI da Pirataria	Majoração de penas, retirada de pena mínima e máxima do art. 184, tipificação de "anunciar a mercadoria pirata" e compatibilização das penas do Código Penal com as mudanças propostas.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	28/02/2008 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER
PENAL	Projeto de Lei nº 01807/2007 (Modifica a redação do artigo 189, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.)	Câmara dos Deputados/ Willian Woo – PSDB/SP	Aumenta a pena para quem comete Crime contra Registro de Marca, passando a ser pena de reclusão, sem prejuízo da aplicação das disposições do art. 155, § 2º, do Código Penal.	Desapense-se do PL-2729/2003.	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	25/07/2012 Ao Arquivo - Memorando nº 165/12 - COPER

PENAL	Projeto de lei nº 02729, de 2003 (Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; da Lei nº 9.279, de 1996 - Código de Propriedade Industrial; da Lei nº 9.610, de 1998 - Lei de Direitos Autorais e Lei nº 9.609, de 1998 - Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador. )	Câmara dos Deputados/ Leonardo Picciani – PMDB/RJ	Agrava a pena para o crime de reprodução (pirataria) de obra intelectual, fonograma, videofonograma, programa de computador e aplicativos, violação do direito de marca e patente, dentre outros.	Desapensação automática dos Projetos de Lei de nºs 1.807/2007, 5.057/2009, 5.535/2009, 5.908/2009, 8.052/2011 (4.023/2012)	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	20/06/2012 Remessa ao Senado Federal através do Of. nº 387/12/PS-GSE.
PENAL	Projeto de lei 1070/1995 Dispõe sobre crimes oriundos da divulgação de material pornográfico através de computadores.	ILDEMAR KUSSLER - PSDB/RO	Definição, crime, pedofilia, exibição, alienação, locação, comercialização, material, concessão, menor, programa de computador, texto, assunto, sexo, pornografia, (Internet), ausência, solicitação, usuário, disponibilidade, consulta, desrespeito, pena de detenção, infrator.	Apensados ao PL 1070/1995 ( 14 )	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	09/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015.
PENAL	Projeto de lei 01682/1999 (Acrescenta dispositivos ao Código Penal para incriminar condutas relacionadas ao uso ilícito do computador.)	Câmara dos Deputados/ Arnaldo Faria de Sá – PPB/SP	Define como crime a violação de comunicação eletrônica, alteração ou destruição de dados, programas de computação, sistema informático e telemático, sem autorização devida, aumentando-se a pena se a vítima for órgão público. Altera o decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Apensado ao PL 1070/1995	Apensado ao PL 1070/1995	09/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-176/2015. Inteiro teor Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015

PENAL	Projeto de lei nº 00084/1999 (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.)	Câmara dos Deputados/ Luiz Piauhyllino - PSDB /PE	Caracteriza como crime informático ou virtual os ataques praticados por "hackers" e "crackers", em especial as alterações de "home pages" e a utilização indevida de senhas.	Não	Transformado na Lei Ordinária 12735/2012	02/04/2013 Transformado na Lei Ordinária 12735/2012
PENAL	Projeto de lei nº 08052/2011 (Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.)	Poder Executivo / Ministério da Justiça / Luiz Paulo Barreto	Estabelece normas para o processo e julgamento dos crimes contra propriedade imaterial (violação do direito autoral).	Desapense-se à(ao) PL-2729/2003.	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	25/07/2012 Indeferido o REQ n. 5.499/2012, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 5499/2012 eis que o PL n. 4023/2012 já tramita em conjunto com o PL n. 8052/2011 desde seu despacho inicial. Publique-se. Arquive-se."
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei nº 2300, de 2000 (Modifica a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", estendendo a proteção conferida pelo registro de marca ao seu uso na internet)	Câmara dos Deputados/ Clementino Coelho – PSB/PE	Estende a proteção à marca aos domínios da Internet.	Apensados a este PL: PL 2535/2000; PL 3576/2000	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	09/02/2004 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao arquivo - Guia 8
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei nº 2535, de 2000 (Dispõe sobre limitações a propriedade sobre nomes de domínio e outros usos de marca no âmbito da Internet)	Câmara dos Deputados/ Valdeci oliveira – PT/RS	Estende a proteção à marca aos domínios da Internet	Apensado ao PL 2300/2000	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	09/02/2004 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao arquivo - Guia 8
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei 3576/2000 (Dispõe sobre a proteção aos nomes de domínio em redes de computador.)	Câmara dos Deputados Pedrossian - PFL/MS	Normas, proteção, nome, domínio, número, pseudônimo, marca comercial, utilização, usuário, rede de teleinformática, computador, (Internet), acesso público, endereço, exigência, autorização, titular, nome comercial, preservação, propriedade, privacidade, título de domínio, registro, entidade.	Apensado ao PL 2300/2000	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	09/02/2004 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP ) Ao arquivo - Guia 8



INTERNET E MARCA	Projeto de lei nº 03356, de 2000	Câmara dos Deputados/ Osâmio Pereira – PSDB/MG	Dispõe sobre a oferta de serviços através de redes de informação (internet).	Apensado ao PL 1070/1995	Apensado ao PL 1070/1995	09/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015.
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei (Avulso) 5361, de 2009 (Cria penalidades civis para a baixa, download ou compartilhamento de arquivos eletrônicos na Internet, que contenham obras artísticas ou técnicas protegidas por direitos de propriedade intelectual, sem autorização dos legítimos titulares das obras.)	Câmara dos Deputados / Bispo Ge Tenuta – DEM/SP	Criar penalidades civis para quem faz download ilegal. Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	11/09/2009 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI ) Devolução à CCP
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei 2126/2011 Marco Civil da Internet Brasileira	Poder Executivo	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.	Apensado ao PL 05403/2001	Transformado na Lei Ordinária 12965/2014 - Marco Civil da Internet Brasileira	28/05/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Recebimento do Ofício nº 783/14(SF) encaminhando autógrafa sancionado.
INTERNET E MARCA	PL 2793/2011	Autor: DEPUTADO - Paulo Teixeira e outro(s) Sr(s). Deputado(s)	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.		Transformado na Lei Ordinária 12737/2012	30/12/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Transformado na Lei Ordinária 12737/2012. DOU 03/12/12 PÁG 01 COL 03.
INTERNET E MARCA	Projeto de Lei 05403/2001	Senado Federal - LUIZ ESTEVÃO - PMDB/DF - PLS 151/2000	Dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências	39 PROJETOS DE LEI APENSADOS	Arquivada	17/09/2014 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP )  Ao Arquivo - Guia de Transferência nº 12/14 - COPER

INDENIZAÇÃO	Projeto de Lei nº 7066, de 2002 (Dispõe sobre as indenizações cabíveis por infrações aos direitos de propriedade industrial)	Câmara dos Deputados/ Comissão de Legislação Participativa	Especifica mecanismos de determinação do valor da indenização nos casos de violação a direito da propriedade industrial, altera a Lei 9279/96.	Apensado ao PL 139/1999	Apensado ao PL 139/1999	19/03/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-1007/2015.
PROCESSUAL PENAL	Projeto de Lei nº 2753, de 2008	Câmara de Deputados/ Edson Ezequiel – PMDB/RJ	Determina a possibilidade da aplicação de prisão temporária aos agentes que praticarem o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais.	Apensado ao PL 2307/2007	Apensado ao PL 2307/2007	11/02/2015  Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-289/2015.
PROCESSUAL PENAL	Projeto de lei nº 03378, de 2004	Comissão de Legislação Participativa (Câmara)	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para estabelecer normas sobre a ação penal privada nos crimes contra a propriedade industrial.	Não	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	01/09/2011 PLENÁRIO (PLEN ) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3089/2011, pelo Deputado Francisco Praciano (PT-AM), que: "Requer a inclusão, em Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei emanados da Comissão de Legislação Participativa - e originários da participação popular - que se encontram prontos para a pauta do Plenário".
PROCESSUAL PENAL	Projeto de Lei 3225/2000. Torna inafiançável o crime de instalação ou utilização de telecomunicações em desacordo com o previsto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Wigberto Tartuce - PPB/DF	Considera crime inafiançável a instalação de rádio pirata.	Apensado ao PL 4549/1998	Apensado ao PL 4549/1998	13/04/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA )

PROCESSUAL PENAL	Projeto de lei nº 05057/2009 (Altera o art. 530-D do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.)	Câmara dos Deputados/ Maria do Rosário – PT/RS e co-autores	Autoriza a perícia por amostragem, obtida por métodos estatísticos, na apuração de Crimes contra a Propriedade Imaterial.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	25/07/2012 Ao Arquivo - Memorando nº 165/12 - COPER
PROCESSUAL PENAL	Projeto de Lei nº 257, de 2009 (Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever destinação social de instrumentos dos crimes de contrabando, descaminho e pirataria.)	Senado Federal / Garibaldi Alves Filho – PMDB/RN	Prever destinação social de instrumentos dos crimes de contrabando, descaminho e pirataria.	Não	Secretaria de Arquivo	12/11/2010 ARQUIVADO
INTERNACIONAL	Projeto de Lei nº 04291, de 2004 ou Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003 (Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais. (combate, pirataria, biopirataria)	Senado Federal/ Eduardo Suplicy Senado - PLS 189/2003	Determina como um dos resultados das negociações brasileiras em comércio internacional ser “regras de combate à pirataria de recursos fitogenéticos e formas de proteção de sua propriedade e de compensação adequada por sua utilização comercial.	Não	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	25/04/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 76/14/PS-GSE.
INTERNACIONAL	Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 496/2008	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	Aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Piratados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2006.	Não	Transformado no Decreto Legislativo 983/2009	24/12/2009 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA ) Recebimento do Ofício nº 3282/09 (SF) encaminhando texto promulgado.

INTERNACIONAL	Projeto de Lei 01893/2007	Câmara dos Deputados/ Paulo Teixeira – PT/SP	Dispõe sobre medidas de suspensão e diluição temporárias ou extinção da proteção de direitos de propriedade intelectual no Brasil em caso de descumprimento de obrigações multilaterais por Estado estrangeiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio.	Não	Arquivada	31/01/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
OBRAS DE ARTES VISUAIS	Projeto de Lei nº 5702, de 2001 ou Projeto de Lei do Senado nº 635.de 1999	Senado Federal/ Edilson Iobão PLS 635/1999	Conceitua obras de artes visuais, tipifica a pirataria de obras de artes visuais e cria um grupo para cadastrar e catalogar tais obras.	Não	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	08/10/2014 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP )  Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto Publicado no DCD de 09/10/14, PÁG 167 COL 01, Letra A.
SUSPENSÃO DE DIREITOS	Projeto de Lei nº 3618/2008	Câmara dos Deputados/ Edgar Moury – PMDB/PE	Dispõe sobre a suspensão e cassação da eficácia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF de estabelecimentos que distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem produtos sem procedência ou falsificados, popularmente conhecidos como "piratas".	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	05/03/2012 Ao Arquivo - Memorando nº 8/12 - COPER

CONSTITUCIONAL	Projeto de emenda constitucional nº 00098/2007	Câmara dos Deputados/ Otavio Leite – PSDB/RJ	Conhecida como PEC da Música. Acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os Fonogramas e Videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou lítero-musicais de autores brasileiros, e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	Não	Transformada na Emenda Constitucional 75/2013	15/10/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Recebimento do Ofício nº 799/13 (CN) encaminhando autógrafo promulgado. Transformado na Emenda Constitucional 75/2013. DOU 16/10/13 PÁG 05 COL 01. Inteiro teor
CONSTITUCIONAL	Projeto de Lei Complementar nº 462/2009	Câmara dos Deputados / Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP	Estabelece que as empresas de produção cultural e artística serão tributadas a partir de 6% (seis por cento), possibilitando o enquadramento dos grupos de artes cênicas no Simples Nacional.	Não	Transformado na Lei Complementar 133/2009	04/12/2010 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA ) Recebimento do Ofício nº 107/10 (SF) encaminhando autógrafo sancionado. DCD 03/03/10 PAG 5449 COL 01.
TV DIGITAL	Projeto de lei nº 06915/2006	Câmara dos Deputados/ Eduardo Sciarra – PFL/PR	Estabelece diretrizes para a introdução e operação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão) com tecnologia digital e dá outras providências.	Não	Arquivada	31/01/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PATENTES	Projeto de Lei 139/1999 (Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", )	Câmara dos Deputados Alberto Goldman - PSDB/SP	Modificar dispositivos que dispõem sobre direitos conferidos pela patente e a concessão de licença compulsória.	Apensados: PL 3562/2000 (2), PL 5176/2009, PL 3945/2012; PL 303/2003; PL 7066/2002; PL 2846/2011; PL 3944/2012	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	06/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-96/2015.
PATENTES	Projeto de Lei nº 02511/2007	Câmara dos Deputados/ Fernando Coruja – PPS/SC	Estabelece que não são patenteáveis a indicação terapêutica de produtos e processos farmacêuticos		Apensado ao PL 139/1999	06/02/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-96/2015.
PATENTES	Projeto de Lei nº 03839/2004	Câmara do Deputados/ Julio Redecker – PSDB/RS	Altera o inciso "I" do art. 2º e o caput do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a percepção de seguro-desemprego pelos funcionários de empresas que vierem a ser fechadas, por ordem judicial, em razão de adulteração, imitação ou falsificação.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	31/01/2012 Ao Arquivo - Memorando 5/12 - COPER
IMPOSTOS	Projeto de Lei nº 210, de 2007 (Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.)	Jorginho Maluly - PFL/SP	Concessão de isenção fiscal sobre CDs e DVDs.	Não	Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	16/04/2009 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  Arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD. DCD de 18/04/09 PÁG 13937 COL 02.